



# Anais da Assembleia

N.99

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 83.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1987.  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio secretariada pelos Srs. Deputados José Afonso Júnior e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requero a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

40 Senhores Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá proceder a verificação de votação da Ata, atendendo solicitação do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida a verificação de votação).

Aprovada a Ata.

O SR. 1.<sup>o</sup> Secretário - procedo à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência, a fim de indicar o nome do Senhor Deputado David Cheriegate, como membro representante do Partido da Frente Liberal, junto à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar possíveis irregularidades administrativas no Banco do Estado do Paraná S/A e no Banco Del Paraná.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência minhas expressões de apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 117/87, de sua autoria, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Franklin Vieira da Silva.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam dispensados da Redação Final os Projetos de Lei em 3.<sup>a</sup> Discussão na data de hoje.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário audiência da Comissão de Educação às emendas apresentadas ao Projeto de Lei n. 53/87, com participação de representantes da Associação de Professores do Paraná, com a finalidade desta esclarecer a solicitação de apresentação das mesmas ao Projeto.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a consignação de voto de pesar nos Anais da Casa pelo passamento do Senhor João Otávio Leite e seus filhos Sílvio Leite e Lucimar Leite, ocorrido na cidade de Loanda.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência à família enlutada na Cidade de Loanda, neste Estado.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário e no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Otávio Leite e filhos, ocorrido em circunstâncias inesperadas, na noite de ontem, na Cidade de Loanda, região Noroeste do Estado do Paraná.

Outrossim, REQUER que da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A justificativa do presente requerimento foi feita através de pronunciamento realizado no Pequeno Expediente da presente sessão legislativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata de trabalho um voto de pesar pelo falecimento do maestro Lindolfo Gaya, vítima de longa enfermidade, aos 64 anos de idade.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

JUSTIFICATIVA:

O meio artístico nacional perdeu um dos mais ilustres representantes, o maes-

tro Lindolfo Gaya, nascido em Itararé, Estado de São Paulo. Através de Alziro Zarrur iniciou sua vida artística como pianista. Foi amigo de Francisco Alves, de cujas músicas se encarregava dos arranjos. Na Rádio Nacional, conheceu Stelinha Egg, por quem se apaixonou, estrela esta de raízes paranaenses, passando então a residir em Curitiba, contratado pelo departamento de produção musical do Sir Laboratório de Som e Imagem.

Maestro Gaya, foi compositor, pesquisador, arranjador e regente, além de pianista.

Reconhecimento de sua Arte.

Recebeu o Troféu "Euterpe", por seu arranjo em "O Vento" e "O Tempo", ganhou também o "Melhor disco do Ano". Em Varsóvia regeu a Filarmônica local. Em Lisboa, escreveu e dirigiu arranjos para a RCA Victor. No Brasil, recebeu o Disco de Ouro, e sua canção Brasil, recebeu o primeiro lugar, no Concurso Nacional de Música Popular.

Foi o primeiro maestro a receber o troféu o "Galo de Ouro".

O maestro Gaya, não deixou filhos, mas uma indeterminável coleção de obras-primas que enriqueceram o cenário artístico nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação em Ata desta Sessão de voto de pesar pelo passamento do ilustre maestro Lindolpho Gaya, ocorrido na última segunda-feira, o qual deixou uma irreparável lacuna no mundo artístico musical por ter, através de sua atuação inovadora, dado uma grande contribuição à cultura paranaense.

REQUER, outrossim, seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos de hoje um voto de pesar pelo falecimento do senhor Vítório Bobatto, ocorrido ontem no Município de Imbituva.

Tal passamento vem consternar a sociedade deste mesmo Município.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada. Avenida Sete de Setembro s/n - Imbituva - PR.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

## REQUERIMENTO

Senhor Deputado:

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações à Sociedade Consular do Estado do Paraná pela eleição da nova diretoria para o biênio 87/89.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Consular do Estado do Paraná elegeu a nova diretoria para o próximo biênio, tendo na presidência o Senhor Cônsul do Senegal (rua Correa Coelho, 280 - Capanema - Curitiba - CEP. 80210), Ozeil Moura dos Santos.

A existência da Sociedade Consular é da maior importância na aproximação cultural dos povos e das diferentes colônias de imigrantes localizadas em nosso Estado.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração em Ata desta Sessão de voto de congratulações a Golden Cross - Assistência Internacional de Saúde, pelos relevantes serviços que vem prestando à comunidade paranaense através de uma administração humanista, que tem demonstrado toda preocupação no desempenho de suas responsabilidades, comprovada nas últimas decisões administrativas, notadamente na aquisição da renomada Casa de Saúde São Vicente.

REQUER, outrossim, seja dada ciência da decisão da casa à referida empresa assistencial de saúde.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## JUSTIFICATIVA:

A Golden Cross conta hoje com 2 milhões de associados, recolhendo destes um montante de Cz\$ 700 milhões de cruzados, dos quais 97% são empregados para a manutenção dos trabalhos e os 3%, restantes são investidos na compra de hospitais e serviços de assistência social.

Por essa administração financeira voltada aos bons serviços sociais é que a Golden Cross tem se tornado a maior empresa de assistência em saúde na América do Sul e a quarta do mundo.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Durante muitos anos a TELEPAR foi administrada pelo Dr. Gilberto Geraldo Garbi, que, com grande capacidade, idoneidade, responsabilidade e dedicação, tornou e fez da TELEPAR a organização que é hoje e que sobremaneira engrandece o Paraná no setor das comunicações. Todavia, a grande

capacidade do Dr. Garbi não passou despercebida dos meios empresariais do Brasil e exterior e, assim é que recentemente o mesmo afastou-se da Superintendência da TELEPAR para assumir, em São Paulo, a presidência da Nippon Eletronic Company do Brasil - NEC do Brasil.

Apesar da lacuna deixada pelo Dr. Gilberto Garbi dentro da administração do Paraná, nos sentimos orgulhosos pela ascensão profissional de tão ilustre homem público de nosso Estado, que por muitos anos dedicou-se a auxiliar o progresso e desenvolvimento deste.

Esta a razão pela qual o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão de votos de "louvor e congratulações" ao Dr. Gilberto Garbi, à TELEPAR e ao Governo do Paraná.

REQUER, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Dr. Gilberto Geraldo Garbi, à TELEPAR e ao Sr. Governador do Estado (o ofício do Dr. Garbi deverá ser encaminhado também à TELEPAR).

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUEREM à Mesa da Assembléia, após ouvido o Plenário a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão de "votos de louvor e congratulações" pela dupla premiação alcançada pelo filme "A Classe Roceira", no II Festival de Fortaleza do Cinema Brasileiro.

A premiação de "A Classe Roceira", da jovem cineasta Berenice Mendes, foi significativa porque estavam em competição curtas-metragens de altíssima produção e realizações sofisticadas. Recebeu o curta dupla premiação: do júri oficial, como do troféu "Samburá" (júri nomeado só por cearenses), provando que o filme de 25 minutos, rodado pela cineasta paranaense em setembro de 1985, no Sudoeste do Paraná, sobre os sem-terra, conserva imensa atualidade, focalizando os agricultores que buscam seus direitos.

A "Classe Roceira" já teve inúmeras projeções no circuito alternativo e só não foi premiada no Festival de Gramados por boicote do júri sendo denunciado pela imprensa. Finalmente, se faz justiça a Berenice Mendes, que agora, revigorada com a premiação, empenha-se na pré-produção do longa-metragem "O Drama da fazenda Fortaleza", cujo roteiro já foi concluído por Valêncio Xavier, a partir do romance do Prof. David Carneiro.

REQUEREM, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dada ciência à cineasta Berenice Mendes, (Rua Presidente Faria, 143 ap. 503), ao Senhor Secretário da Cultura, Dr. Ariel Dotti; ao Ministro da Cultura, à Associação de Cineasta do Paraná e à Associação do Documentarista do Brasil - Seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(aa) PAULINO JOSÉ DELAZERI e  
ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o registro em Ata da presente Sessão, de voto de regozijo e congrulações pela data que assinala a passagem do 15º aniversário de Fundação, no Brasil, da empresa "Cotonifício Kurashiki do Brasil Ltda", com sede em Ponta Grossa, ocorrida em 22 de novembro de 1972 e comemorada em data de 11 de setembro em curso, expressões estas que estende à sua Direção, nas pessoas dos Senhores: Hiromichi Suzaki, Diretor Presidente; Kazuo Shintani, Diretor Administrativo; Yasuyuki Mizusaki, Diretor Comercial e Teruaki Hoshi, Diretor Industrial.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência àqueles representantes, no seguinte endereço: Av. Visconde de Mauá, 4.300 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A propósito, a homenagem a que nos propomos prestar à Direção da Empresa "Cotonifício Kurashiki do Brasil Ltda", objetiva expressar o reconhecimento do povo pontagrossense pela expressiva contribuição emprestada por esta prestigiosa empresa ao desenvolvimento do País, através atividades empresariais no setor da indústria, na fabricação e comercialização de fios de algodão e reflorestamento, com marcantes reflexos nos campos econômico e social de nosso Estado.

Tendo sua origem no Japão, mais precisamente na Cidade de Kurashiki, onde, no ano de 1888 foi fundada sob a razão social de Kurabo Industries Ltda, a empresa destaca-se, hoje por 12 unidades industriais e 30 companhias subsidiárias, dentro e fora do Japão.

Sua instalação no Brasil deu-se em 1957, na cidade de Sapucaia do Sul-RS, como Lanifício Kurashiki do Brasil S/A. Contudo, e, em vista das condições favoráveis oferecidas pela região dos Campos Gerais, foi a 22 de novembro de 1972 fundada em Ponta Grossa a "Cotonifício Kurashiki do Brasil Ltda", o qual hoje gera emprego para mais de 550 elementos, com uma produção

de fios da ordem 650 toneladas mês e reflorestando 4 mil pés de "pinos elliottis" no mesmo período. Assim a empresa constituiu-se, por excelência, num potencial de divisas para o País, num exemplo de trabalho organização e dedicação daqueles que à sua testa estão a cada dia elevando e engrandecendo a indústria brasileira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no sentido de determinar estudos visando a criação da Comarca de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município em questão, pela sua densidade demográfica, situação geográfica e pela importância do seu movimento forense, deve ser elevado à sede de seção judiciária.

O seu desmembramento da Comarca de São José dos Pinhais trará maior celeridade na prestação jurisdicional para os numerosos habitantes daquela região, corrigindo-se, desta maneira, as distorções atualmente existentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente em exercício da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, Dr. Fernando Xavier Ferreira, solicitando o estudo de viabilidade de implantação de um posto de serviço da TELEPAR no bairro denominado "Jardim Alvorada", no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

O "Jardim Alvorada", em Maringá, é um bairro com aproximadamente 60 mil habitantes, sendo que a maioria desta população é reconhecidamente de baixa renda, não dispondo de um aparelho telefônico. O posto de atendimento da TELEPAR mais próximo está localizado no centro da cidade, distante daquele bairro. Isto posto, seria de grande utilidade àquela comunidade a instalação de um "Posto de Serviço" para atendimento das necessidades atuais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de determinar urgentes providências para reforma e melhorias no Conjunto Habitacional São Cristóvão - COHAPAR II, em Umuarama, visto o estado de abandono e de calamidade em que se encontra aquele conjunto.

Do aprovado, requer ainda, que seja dada ciência a Sra. Sebastiana Ruiz Garcia (Quadra 27, Lote 10, Conjunto São Cristóvão, Umuarama-PR) e aos ilustres Vereadores Sebastião Calixto Barbosa, MD. Líder do PFL na Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

Por diversas vezes tenho me pronunciado a respeito do lamentável estado em que se encontra o Conjunto Habitacional São Cristóvão, localizado em um dos bairros mais populosos e carentes de Umuarama.

A falta de infra-estrutura necessária para a construção de tais residências tem comprometido sensivelmente a segurança dos moradores locais, que esperançosos em realizar o sonho de morar em casa própria, têm tido pesadelos a ponto de, muitos deles, até abandonarem seus lares, indo morar em favelas, pois as rachaduras e os desmoronamentos constantes, a interdição da moradia pelo Corpo de Bombeiros, Saúde Pública e até pela Polícia Técnica de Umuarama, inviabilizam tal condição.

Anexo, junto a este, para exemplificar, o clamor de uma das moradoras, a qual tenho certeza, irá sensibilizar os homens do Governo Estadual, em especial o Dr. Odeni Mongrue.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Agricultura, Íris Resende, solicitando urgente estudo na correção dos preços dos produtos agrícolas, os quais deverão ser feitos pela OTN, conforme o financiamento dos custos da produção, tendo em vista que a LBC nos últimos meses tem apresentado índices acima da OTN, trazendo, desta forma, prejuízos financeiros a quem continuar insistindo no investimento agrícola.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão da Casa à FAEP.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, solicitando exclusão, no substitutivo, do artigo que acaba com a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão da Casa ao Centro Acadêmico de Comunicação Social e ao Sindicato dos Jornalistas do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, encarecendo providências no sentido de que se proceda a pavimentação do trecho de Tamarana (Londrina) até a ponte do rio Apucarana Grande.

A presente solicitação justifica-se pela necessidade em se melhorar a condição de acesso da mencionada estrada, pois constitui-se em canal importante de escoamento de safras agrícolas de uma região de alta produção.

Tal providência trará relevantes benefícios não somente aos produtores, como ao comércio local e demais usuários.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, Dr. Waldemar Alegretti, solicitando providências visando solucionar atendimento médico aos segurados daquele conceituado Instituto, principalmente nos Municípios de Umuarama e Toledo.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A ausência do atendimento médico aos segurados do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, principalmente em Umuarama e Toledo, tem colocado o funcionalismo público estadual a privar-se de um direito seu, e que se constitui em necessidade fundamental, já que não há como garantir a assistência médica a si e a seus familiares de outra maneira, principalmente em razão da defasagem salarial, que todos temos

consciência, enfrenta o funcionalismo público estadual, apesar de todos os esforços do Governador Álvaro Dias em reverter esta situação.

Conscientes estamos das dificuldades enfrentadas por este conceituado instituto, para solucionar este impasse, frente à não concordância da classe médica em prestar este atendimento.

Diga-se porém, que não há como deixar de desconhecer justeza das razões que impingem a classe médica a esta atitude. Entretanto, estamos certos da habilidade de Vossa Excelência em administrar mais este desafio e o de buscar o entendimento entre as partes e fundamentado no realismo, garantindo uma solução que possibilite ao funcionalismo estadual seu direito à assistência médica.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, na observância de suas prerrogativas regimentais e constitucionais, REQUER após consulta a este Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando-lhe o estudo para a implantação de uma escola de nível de Primeiro Grau, no Jardim Tropical, em Maringá. Benefício este, entendemos seja muito útil para a comunidade, vindo a condicionar maior comodidade e segurança a um número significativo de crianças que se dirigem a estabelecimentos de ensino situados em pontos distantes, inclusive favorecendo também aos interesses dos bairros Vila Vardelina, Jardim São Jorge, Parque das Laranjeiras e Plaville, que desde longa data, reclamam a extensão da medida.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, na observância de suas prerrogativas regimentais e constitucionais, REQUER após consulta a este Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha, solicitando-lhe diligências no sentido da breve tomada de providências para designação de funcionários que virão suprir as deficiências da Seção Técnica do Instituto de Criminalística de Maringá, ou na falta desta, a autorização de remanejamento, inclusive de outros órgãos estatais, para minimizar os problemas enfrentados naquela especializada.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. João Carlos Finardi, Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, através da Secretaria de Estado das Finanças, solicitando a instalação de uma agência bancária no Distrito de Campina do Simão, Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Campina do Simão, Município de Guarapuava, com aproximadamente 3.700 habitantes, ainda não possui uma agência bancária para suprir as necessidades daquela localidade.

A Associação dos Produtores de Campina do Simão - APROCAMPS, está sentindo sérias dificuldades, principalmente com relação ao pagamento dos agricultores que necessitam deslocar-se para cidades vizinhas.

Sendo assim, a instalação de uma agência naquele Distrito, muito beneficiaria seus moradores, bem como aos professores, agricultores, comerciantes, evitando sobremaneira o deslocamento dos mesmos para Guarapuava, onde se localiza a agência mais próxima.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Excelentíssimos Srs. Nivaldo Passos Krüger, DD. Prefeito Municipal, Carlos Alberto Milazzo, DD. Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava e Ilustríssimo Sr. João Moscal Ribas, MD. Presidente da APROCAMPS - Campina do Simão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a concessão de bolsas de estudo para os alunos da Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Mandaguari, através do Diretório Acadêmico 11 de Março, o qual faria a distribuição destas bolsas, mediante uma triagem das reais necessidades dos alunos:

1. Ministro da Educação, Sr. Jorge Bornhausen.

2. Secretário de Estado da Educação, Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, é regional, e atende alunos de mais de 100 municípios do Paraná. É grande o número de alunos que se sacrificam ao máximo para

poder cursar uma faculdade, e sabemos que as dificuldades são generalizadas. A solução para estes problemas, acreditamos, encontra-se na luta de todos e, mais ainda, daqueles que estão no poder.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a concessão de bolsas de estudo para os alunos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, por ser isto imprescindível para o atendimento das necessidades atuais:

1. Ministro da Educação, Sr. Jorge Bornhausen.

2. Secretário de Estado da Educação, Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

## JUSTIFICATIVA:

As condições econômicas em que vivem as famílias brasileiras, no momento, refletem-se instantaneamente em sua capacidade de pagamento das anuidades escolares. A Universidade Católica do Paraná foi surpreendida pelo grande número de pedidos de bolsas de estudo, depois do último reajustamento de anuidades. Mais de 1.100 acadêmicos se declararam sem condições de cumprir com seus compromissos financeiros para o segundo semestre deste ano.

Seria imprescindível contar com o apoio das autoridades governamentais para o atendimento razoável das necessidades atuais.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 50 casas populares, através do Sistema Financeiro da Habitação, via COHAPAR, no Município de Guaraqueçaba.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderão ser obtidos através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, Sr. Cleantes Coelho Xavier.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

Requer, ainda, seja dada ciência ao

Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, a transcrição nos Anais da Casa da matéria jornalística intitulada "O Engodo da Caixa", publicada à página 4 do "Jornal do Estado", Editorial.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

## JUSTIFICATIVA:

O financiamento do imóvel usado, alardeado pelo Governo Federal como sendo mais uma conquista da população, revela-se um engodo, porque as exigências anunciadas pela Caixa Econômica Federal na concessão do financiamento representam uma impossibilidade para a grande maioria dos interessados na aquisição e no financiamento de imóveis usados.

A matéria apresentada pelo "Jornal do Estado" representa uma contribuição importante para a compreensão do problema em pauta.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Assembléia, do "Relatório do I Seminário dos Trabalhadores da Saúde - região Norte".

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 234/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL ÁQUILA, com sede e foro em Pinhais, Município de Guarapuava.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

## JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Conjunto Áquila, foi fundada em 30 de junho de 1984, portanto desenvolvendo trabalho junto aos seus associados há mais de dois anos.

Além de desenvolver um trabalho de organização das reivindicações da Comunidade



de, a Associação mantém em pleno funcionamento a creche do conjunto, que está sendo mantida com o esforço e auxílio de algumas entidades.

A creche recebe, diariamente, 80 crianças de 02 a 06 anos de idade, e sua manutenção vem sofrendo muitos problemas de ordem econômica, que poderão ser amenizados assim que o Estado conceder sua contribuição.

PROJETO DE LEI N. 235/87  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ESCOLA AGRÍCOLA TIA DALVA, com sede e foro na cidade de Palmas.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(as) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei n. 6994/78, estamos apresentando o projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Escola Agrícola Tia Dalva, com sede e foro na cidade de Palmas.

A entidade devidamente registrada sob o n. 98, fls. 38-V, do Livro A, n. 2, do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Palmas, em data de 04 de outubro de 1985.

A professora Dalva Mendes, de saudosa memória, da qual a escola leva o nome, era filha do Sr. Pedro Mendes e da Sra. Maria da Conceição Ribas Mendes, de cujo casamento nasceram sete filhos.

Dalva nasceu em janeiro de 1923 e faleceu em 07 de agosto de 1983, representando uma grande perda à sociedade palmensa.

Dalva Mendes era solteira, e sempre teve os olhos voltados às crianças carentes, às quais sempre distribuiu donativos e guloseimas, na porta de sua casa.

Com o seu falecimento, entre outros bens, ficou uma quantia em dinheiro, a ser herdado por sua mãe.

Foi então que a tradicional família palmensa, baseada em princípios de caridade, humanidade e fraternidade, passou a idealizar e planejar uma forma de empregar o dinheiro e todos os outros bens, no sentido de trazer benefícios sociais.

Neste mesmo ano, a família em conjunto, passou a executar o projeto. O Lions Club de Palmas, apoiou integralmente a idéia, formando uma comissão destinada a tomar as decisões legais e burocráticas junto à Secretaria de Educação do Estado, bem como na solução dos entraves que viessem a surgir e também na feitura do estatuto da entidade mantenedora, denominada

Escola Agrícola Tia Dalva, cujos componentes eram:

PEDRO MENDES JÚNIOR - Presidente

MARIA MENDES JÚNIOR - Vice-Presidente

FRANCISCO RIBAS MENDES - 1.º Secretário

JACY MENDES BOENO - 2.º Secretário

AURORA MENDES DOS SANTOS - 1.º Tesoureiro

NELSON MENDES SANTOS - 2.º Tesoureiro

Fundada em 21 de setembro de 1985, após haver contratado funcionários, elaborado calendário escolar e matriculado alunos, iniciou suas atividades no dia 03 de março de 1986, com o total de 57 alunos distribuídos entre primeira, segunda séries e pré-escolar (este funcionando somente à tarde).

Funciona em regime de semi-internato, oferecendo às crianças café da manhã, almoço, jantar e lanches intermediários. Diariamente os alunos tomam banho na escola, iniciando as atividades às 7:30 horas e retornando às suas casas, às 17:00 horas.

No turno da manhã, as crianças recebem a educação básica e formal, e no turno da tarde, orientação agrícola, aprendizagem de trabalhos manuais, bem como a realização de passeios, jogos e outras formas de descanso e lazer. Ainda, como complementação, dá-se aulas de catequese uma vez por semana.

É dada orientação sobre higiene e saúde, bem como atendimento médico-dentário, incluindo vestuários e calçados dentro das possibilidades.

Visando integrar as famílias, uma vez por mês é feito almoço com palestras orientadas para a saúde, higiene, educação, hortas caseiras e, principalmente, a busca de soluções a problemas relacionados a cada criança. Também são feitas visitas às famílias, na tentativa de solucionar problemas do lar.

O corpo docente vem fazendo cursos freqüentes de atualização, tais como alfabetização e psicomotricidade, reunindo-se todo mês para debates sobre os mais variados aspectos da educação.

A escola recebeu ainda o apoio do Rotary Club e da Prefeitura Municipal de Palmas.

Em abril de 1986, já em funcionamento, a professora Gilda Poli, Secretária de Estado da Educação, inaugurou oficialmente a Escola, elogiando o trabalho ali desenvolvido.

Em 23 de agosto de 1986, foi reconhecida de Utilidade Pública pela Câmara Municipal de Palmas, graças ao Projeto do Vereador Miraldo de Carli, que transformado em lei, levou o número 825, de 23 de agosto de 1986.

Hoje, com 44 crianças matriculadas, carente, vem enfrentando com muita dificuldade a crise financeira de nosso País, mas com a certeza de que, com apoio, pode-



rá vir a atender mais crianças e ampliar o atendimento, amenizando o problema do menor carente na sociedade brasileira e, particularmente, de nosso Estado.

Seu estatuto por si só traduz a elevada significância social da entidade, pois define como seus objetivos específicos que visam assegurar aos menores carentes, seu bem-estar.

Ao propormos a declaração de Utilidade Pública a nível estadual, queremos enfatizar nosso ponto de vista de que, gestos como este, da Família Mendes, devem ser ressaltados, como exemplo para a comunidade paranaense como um todo: o exemplo do amor aos pobres, do apoio aos humildes, para a auto-realização do ser humano. Que o belo gesto dos familiares de Tia Dalva, ressoe pelo Paraná inteiro, como um brado para a educação de nossas crianças mais desprotegidas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não havendo Expediente a ser lido, passa-se à Hora do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, primeiro orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna nesta Casa, para deixar registrado um voto de pesar à maior tragédia que aconteceu esta noite no Paraná.

Por isto, durante os anos que militei no rádio, hoje só na televisão e neste Parlamento, não posso contrariar a minha consciência, pois sou a favor da pena de morte neste País; sou a favor da pena de morte para a latrocida; para o seqüestro com morte e para o traficante de drogas. E lamentavelmente neste País, muitos não querem a pena de morte. E esta noite, às 21:00 horas um dos mais tradicionais pecuaristas e fazendeiro no noroeste do Paraná, vizinho do Deputado Eduardo Baggio, se encontrava com a sua família, a jovem Lucimara que estuda em Curitiba, com o filho Sílvio, e às 21:00 horas três marginais que não são produto da minha família, não sei que produto será este, adentraram na residência do Senhor João Otávio Leite e num ato de violência, selvageria, acabam por exterminar a família inteira.

Mataram o pecuarista João Otávio Leite, vizinho da fazenda do Deputado Eduardo Baggio. Mataram a Lucimara, mataram o Sílvio. Os três marginais fugiram. E hoje, através da televisão, em nome da minha Comissão de Segurança Pública, em nome dos Deputados Algaci Túlio, Sabino Campos, Alexandre Ceranto, Antônio Costenaro Neto, em nome da Liderança do PT, do PDT, do PFL, do PMDB e da Presidência desta Casa,

em nome do Paraná eu enviava a Loanda os pêsames à família paranaense.

Mais um brutal assassinato no Paraná. Mais uma violência contra a família, mais uma violência que adentra aos nossos lares, rasga as nossas entranhas e, lamentavelmente, as penitenciárias da Nação brasileira não suportam mais homens que estupram, que matam, que violentam e rasgam a moral e os princípios da família brasileira.

Às vezes concordo com o brilhante jornalista Estelio Feltman da "Folha de Londrina", o maior detentor de Know-how" em jornalismo do Paraná, sem desmerecer os demais jornalistas, como Antônio Carlos de Lacerda, o Caco e tantos outros brilhantes que estão nesta Casa, assim como todos os jornais de Curitiba, jornais do interior. Respeito a opinião do Deputado Algaci Túlio no seu programa de rádio, bem como da Deputada Irondi Pugliesi, na sua marcha em defesa da mulher. Defendo o Deputado Paulo Furiatti, o Pinga Fogo e tantos outros repórteres da imprensa do Paraná, lá no interior do Paraná.

Mas tenho o meu ponto de vista e exijo respeito. Sou a favor da pena de morte para o latrocida, o homem que entra dentro da sua casa, Senhor Deputado, Senhora Deputada e estupra a sua filha, mata o seu filho a sangue frio.

E nós temos um Código Penal e lamentavelmente esse Código Penal não é seguido, nem obedecido. Este Código Penal está rasgado, violentado e precisamos, pelo amor de Deus, em vez de pensarmos em presidencialismo ou parlamentarismo, pensarmos em soluções práticas, em soluções adequadas para combater na realidade a violência que rasga, que extermina, que liquida, que abala a opinião pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa comunica ao nobre Deputado que tem 30 segundos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Ao encerrar, disse hoje na televisão que a Assembleia Legislativa enviava à família, à cidade de Loanda os pêsames por esta que foi exterminada.

Ao encerrar, peço a Deus que ilumine o Poder Judiciário, a nós, Parlamentares, também aos Constituintes e que nasça um novo País, sem violência, sem mortes. Mas no meu íntimo, com a consciência tranqüila - entre o bandido e a família, que morra o bandido, que viva a família do meu País!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência solicita ao nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que faça, se pos-

sível, por escrito o seu pedido de pesar pelo falecimento da família de Loanda, família Otávio Leite.

Esta Presidência tem a honra de comunicar a presença em nosso Plenário, do Prefeito de São Mateus do Sul, Senhor Lourival Mayer.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, nós havíamos feito inscrição para falar sobre a conclusão da Estrada do Cerne, porém o nobre Deputado Algaci Túlio, está inscrito para falar em nome do PDT, sobre o mesmo assunto.

Por esta razão, nós declinamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra, ao Senhor Deputado José Alves, seguinte orador inscrito.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Nós acabamos de ouvir, neste instante, a palavra do ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, quanto à pena de morte em nosso País.

Hoje em dia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós vemos pelos jornais do nosso País que as notícias mais frequentes são as de seqüestros e mortes.

Acho eu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que um homem que adentra um lar e estupra uma Senhora ou uma moça, esse homem que é um bandido, um ladrão, esse não é mais um ser vivente, esse não é um homem, é um bicho, é um monstro, que tem de ser eliminado da sociedade brasileira!

Há poucos dias, na Região de Maringá, quatro bandidos seqüestraram um ônibus com mais de quarenta passageiros e ali tomaram seus pertences, e pasmem, estupraram senhoras, dentro do próprio ônibus à frente de seus familiares! Esses homens não mais são homens que possam viver no meio da família brasileira, portanto, somos também a favor da pena de morte, pois, quando um homem que é um bandido entra num lar e estupra uma moça, uma menina ou uma senhora, esse homem, para mim, é um bicho, é uma fera que não pode mais viver numa sociedade!

Outro assunto que também nos traz a esta Tribuna, hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que, muitas e muitas pessoas ligam para o nosso Gabinete nesta Assembléia, ou ligam para Maringá quando lá estamos fazendo o nosso programa de rádio, perguntando-nos o que achamos dessa Constituinte que está sendo elaborada atualmente, quando estão sendo escritas as leis do nosso País. Nesta ocasião ficamos

até mesmo sem saber o que responder. Ontem mesmo, fomos procurados por um grupo de Senhoras à hora do almoço, em nossa casa, falando sobre aposentadoria do trabalhador brasileiro, que está sendo elevada de 30 anos para 35.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, repudiamos uma atitude dessas porque o trabalhador brasileiro é um homem que ganha pouco, trabalha com fome, sacrifica sua família, e, ter que trabalhar 35 anos para aí então se aposentar?

Então, nós que somos Deputados aqui pelo Paraná, sentimos que a Constituinte, está frustrando as expectativas contra o trabalhador brasileiro, pois se ele já é sacrificado pelos nossos governantes da área federal, ainda vai ser sacrificado também, no seu tempo de aposentadoria?! Portanto, passo a pensar, converso com meus botões, e concluo que ninguém faz algo em prol do trabalhador. Até a Constituinte de quem a gente tanto espera para as leis deste País, parece que também é contra o trabalhador brasileiro, elevando a sua aposentadoria de 30 para 35 anos. Portanto, lamento essa atitude e pobres dos brasileiros que estão cada dia em situação pior, pois o trabalhador brasileiro parece que não tem ninguém que olha por ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acompanhei atentamente o pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, do Deputado José Alves, quando tocaram no assunto pena de morte. Eu não diria até que seria frontalmente contrário à pena de morte, mas eu acho que é necessário que se faça uma reflexão, que se faça uma análise mais profunda, antes de se pensar em aplicar neste País, a pena de morte. Não venho aqui em defesa de bandidos, daqueles que eliminam famílias, daqueles que matam lavradores. Mas entendo que o problema principal deste País é o problema social, é dar condições para que a polícia, para que a nossa segurança, possam realmente desempenhar um bom trabalho, para dar condições para que o Poder Judiciário também se veja livre da interferência política, para que possa fazer valer a justiça igual para todos.

Eu acho que é um assunto muito sério, que nós precisamos, realmente, analisar com muita profundidade. Vejam, por exemplo, num País onde uma atividade ilegal como é o jogo do bicho, de repente ela se torna legal, porque tem o apoio do Governo

do Estado. Trago a notícia inclusive de que os banqueiros do jogo do bicho estão broqueados, porque o dinheiro que se arrecada no acerto feito com o Governo e os banqueiros do jogo do bicho para que determinada percentagem fosse dada para a assistência social, a classe da polícia está broqueada com relação a isso, porque esta verba deveria ser destinada à segurança, à Secretaria da Segurança, quer dizer, criou-se um impasse dentro do Governo. A briga agora é entre Secretarias, e os banqueiros do jogo do bicho solidários com a polícia. Vejam como são incríveis as coisas neste País e como é que se pode aplicar pena de morte. Os banqueiros do jogo do bicho, solidários com a polícia com quem sempre tiveram maior trânsito, não estariam recolhendo diariamente aquela determinada quota. Então realmente é um caso de polícia na verdade. Mas eu queria me aprofundar nesse pouco tempo que eu tenho para dizer que nós precisamos antes e acima de tudo dar condições para que a Secretaria de Segurança Pública desenvolva o seu trabalho. Nós não podemos ver Delegados de Polícia mendigando na porta de Prefeito, mendigando na porta de indústrias, dinheiro, verba para fazer sua viatura funcionar, para ter comida para dar ao preso que está na sua Delegacia. Nós não podemos ver de repente uma coisa que foi implantada em Curitiba e deu certo, quer queira ou não deu certo, não alcançou objetivos necessários mas deu certo, o módulo policial, e nós não podemos ver agora tudo aquilo que foi implantado com o dinheiro do povo de repente se ver destruído, retirando-se os módulos policiais da Capital do Estado. Nós não podemos ver um policial ganhando um salário de miséria e de repente se tornar um corrupto porque ele também tem família para dar de comer. Então, Deputados, realmente é uma análise profunda que se tem a fazer, o trabalhador ganhando um salário de miséria, a onda de desemprego que está acontecendo nesse País, tudo isso aí necessita de uma reflexão maior quando se fala em pena de morte. É preciso que se façam cumprir as leis deste País, é preciso que se mude a forma do sistema penitenciário principalmente onde não se possa manter mais 2 mil e tantos homens presos ociosamente, comendo, se divertindo, às custas do povo dentro de uma penitenciária, sem nada fazer e sem nada dar em troca pelo crime que cometeram. Há que se fazer uma mudança muito grande neste País, antes de se falar em pena de morte.

Quem sabe, até para alguns crimes, ela venha a ser necessária, no futuro, num futuro bem próximo. Mas primeiro vamos corrigir as distorções que existem neste País; uma polícia que possa atuar, um Po-

der Judiciário independente, acima de tudo, e o problema social resolvido. Aí eu tenho certeza que nós teremos condições mais amplas para poder analisar com mais tranquilidade, o problema da pena de morte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Pequeno Expediente, antes de iniciarmos o Grande Expediente, esta Presidência tem o prazer de comunicar a presença dos Vereadores de Arapoti, Senhor José Maria Carneiro Filho e Omar Negrão. Esta Presidência sente-se honrada com a presença dos nobres Vereadores.

No Grande Expediente, consulto o Senhor Deputado Nereu Massignan, se fará uso da palavra.

(Declina).

Havendo declinado, consulto o Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

(Declina).

Havendo declinado, consulto o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

(Declina).

Havendo declinado, consulto o Senhor Deputado Valderi Vilela.

Havendo declinado, consulto o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero aproveitar este horário, ainda para dizer alguma coisa com relação à segurança, e na sequência eu quero também falar da importância que tem este movimento que se forma em torno de reconstruir o velho caminho da estrada do Cerne.

Quero complementar, ainda na área policial, dizendo que nós temos procurado através da nossa Comissão de Segurança resolver um problema sério que envolve agentes de segurança, detetives que passaram em concurso recente, que estão desempregados, que vieram para a Capital, que abandonaram suas famílias para poder fazer estágio inicial em Curitiba, e que, no entanto, até agora, não foram chamados para ocupar os seus cargos.

O concurso já foi homologado pelo Senhor Secretário da Segurança Pública; a Comissão de Segurança aqui da Assembléia, que é presidida pelo nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, esta Comissão tirou um documento ouvindo as reivindicações dos agentes, dos detetives, dos médicos legistas; encaminhou este documento ao Governo no aguardo de uma resposta. A classe policial está preocupada porque vê os dias passarem, vê o problema social chegar à sua porta, e não vê uma solução do Governo do Estado.

Quero crer que a sensibilidade do nosso Governador, fará com que se repare o

mais rápido possível, esta situação da classe policial.

Mas, venho à tribuna, e pretendo não ocupar, para não cansar os Senhores Deputados, os trinta minutos. Mas, quero falar hoje aqui em relação ao velho caminho, ao caminho que levava Curitiba ao Interior do Estado, e trazia o Interior à Capital do Estado.

Vamos construir o velho caminho, a Estrada do Cerne. Curitiba mais perto. A maior rodovia que se construiu no Paraná, em todos os tempos, dizia já em 1942, em Relatório enviado ao Presidente da República, o então Interventor Manoel Ribas, acrescentando que, com uma extensão de 700 quilômetros, ela serve a uma das zonas mais ricas e de mais intensa produção do Paraná e do País.

Manoel Ribas se referia à Estrada do Cerne, inaugurada em setembro de 1940, que partindo de Curitiba em sentido Noroeste, atravessava os três planaltos e alcançava o Norte do Paraná nas barrancas do Rio Paranapanema, com objetivo de ligar o setentrião ao Porto de Paranaguá, na extensão de 480 Kms. Um ramal a partir de Piraí do Sul, no Km 158, se dirigia para a Região Nordeste, ligando o chamado Norte Velho ao Norte Pioneiro até Jacarezinho, numa extensão de 220 Kms.

O segundo ramal, já no setentrião, transpunha o Rio Tibagi, inicialmente em balsa, para ligar Jacarezinho, numa extensão de cerca de 14 Kms, a Londrina, fundada seis anos antes, em 1.934. A Estrada do Cerne era na verdade a primeira grande estrada de rodagem visando integrar o Norte do Paraná ao Sul do Estado, uma estrada revestida com material duro para uso com qualquer tempo, conforme expressão da época, e que os recursos técnicos do rodoviário ainda precários, quando o asfalto era importado e muito caro, tinha que se adaptar aos caprichos da geografia e ao terreno extremamente acidentado do relevo, para vencer uma sucessão de serras, que no caso do Paraná, se interpunha aos três planaltos característicos do território estadual.

Na época, a Estrada do Cerne beneficiava diretamente oito municípios de um total de quarenta então existentes, Curitiba, Cerro Azul, Castro, Piraí, Tibagi, Jaguariaíva, São Jerônimo e Sertãozinho, ao longo de um corredor regional, compreendido entre os Rios Laranjinha e Tibagi, isto é, uma zona intermediária de transição entre Norte Pioneiro, desbravada ao estilo antigo em fins do século passado por mineiros e paulistas, e o Norte Novo, em face de abertura nos moldes de uma colonização moderna.

A colonização dos sertões do Jataí, teve origem na abertura de uma picada que

o Barão de Antonina, o gaúcho João da Silva Machado, mandou fazer em meados do século passado, a fim de facilitar o transporte para o Mato Grosso pelas vias fluviais Tibagi/Paranapanema e Ivenhema/Brilhante, pelo bravo sertanista Joaquim Francisco Lopes. Da expedição faziam parte os missionários capuchinhos Frei Timóteo de Castelnuevo e Frei Luiz de Cemetille, que se estabeleceram em Jataí, aí fundando a Colônia Militar criada por decreto imperial de janeiro de 1851.

Em São Jerônimo, iniciaram a formação de um aldeamento de índios Caingangues, que habitavam a região. Em 1.870, Frei Luiz de Cemetille fez erigir uma pequena capela sob a invocação de São Jerônimo, padroeiro do aldeamento. Em 1920 São Jerônimo foi desmembrado do Município de Tibagi que compreendia áreas dos atuais Municípios de Uraí, Jataizinho, Assaí, Curiuva, São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do Pavão e Sapopema.

Sem meios de transporte, a região estagnou no início deste século e assim permaneceu por muito tempo. São Jerônimo chegou a ser extinto, perdendo até o nome, passando a sede da comarca para Assaí, que prosperava muito mais graças à cultura do algodão por colonos japoneses. Somente depois dos benefícios trazidos pela Estrada do Cerne, o Município de São Jerônimo foi restabelecido com o nome de Araiporanga, que voltaria a ser Comarca, hoje com o nome de São Jerônimo da Serra.

Em 1.928, a então Companhia de Terras Norte do Paraná, obtivera por concessão do Governo do Estado uma área de mais de 500 mil hectares a Oeste do Rio Tibagi, aí instalando uma empresa consorciada de estrada de ferro em direção a São Paulo e de vendas de lotes rurais. Em poucos anos verificou-se o afluxo maciço de imigrantes nacionais e estrangeiros, uma verdadeira explosão demográfica de fora para dentro, que repetia o insuperável exemplo histórico recente da expansão paulista sob o impulso da cafeicultura.

Nenhuma outra região do País teve um crescimento de maneira tão intensa como o Paraná no decênio 1940/50. Basta assinalar que enquanto a população do Brasil aumentou nesse período de 27,64% a população paranaense cresceu 73,87%; a área cultivada em hectares do País teve um aumento de 22,99% enquanto a do Paraná, graças ao Norte do Estado, cresceu 185,72%.

Embora a ocupação do Norte, como prolongamento da frente cafeeira de São Paulo para a Região Sorocabana, já tivesse penetrado no setentrião paranaense e ultrapassado o Rio Tibagi, o único meio de transporte de passageiros e de carga com o Sul do Paraná, era a estrada de ferro que de Londrina se ligava a Ourinhos, em São

Paulo, e daí descia até Ponta Grossa, para então atingir Curitiba e o Porto de Paranaguá, num traçado em linha quebrada com ângulos alternados de pronunciadas saliências e reentrâncias, na verdade um ziguezague lembrando um enorme "Z" sobre o mapa viário do Estado. Em suma, um traçado anti-paranaense, como já era também a linha da Ferrovia da Rede Paraná Santa-Catarina, que corta Estado a Leste, no sentido Norte-Sul, apenas para ligar o Extremo-Sul com São Paulo e Rio de Janeiro, deixando o interior dos planaltos sem cobertura de transporte.

O escoamento da produção colossal do Norte do Paraná demorava para chegar ao nosso terminal marítimo, tornando precária a presença do Governo na assistência às populações locais do setentrião e às frentes pioneiras desprovidas de quase tudo. É desse tempo a frase então corrente de que "no Norte do Paraná havia gente de toda a parte do País, inclusive alguns paranaenses".

Neste quadro de transportes precários e onerosos, pode-se fazer idéia do que representou a abertura da Estrada do Cerne, que reduzia pela metade a extensão e o tempo de viagem. Toda macadamizada, buscando sempre os espigões mestres, assim mesmo a nova estrada teve que transpor várias serras, cerca de 15 rios, que exigiram a construção de pontes de concreto ou de madeira, além de aproximadamente 100 bueiros de pedra seca. A execução desta obra demandou vários anos, com o último trecho de 27 Km concluído em fins de 1940, entre as saídas de Curitiba, no Bairro de Santa Felicidade, e o Córrego do Cerne, que daria nome à Estrada. As obras principais e finais estiveram a cargo da Construtora Shoter Dann, enquanto os recursos aplicados foram mobilizados em grandes operações de crédito pelo então Secretário da Fazenda João de Oliveira Franco, sob a supervisão do Engenheiro Ângelo Lopes, Secretário e Viação e Obras Públicas.

A solene inauguração da obra, embora ainda não inteiramente concluída, se deu a 26 de setembro de 1940, quando a estrada foi percorrida em toda a sua extensão por uma caravana de automóveis, com a participação do Interventor Manoel Ribas, autoridades federais e estaduais, jornalistas, etc. Saindo cedo de Curitiba e não obstante todas as paradas festivas no trajeto, a caravana oficial, após almoço em Piraí do Sul, com a participação dos Prefeitos da Região, chegou em Londrina à noite. Em São Jerônimo e, em seguida, em Assaí, os jornalistas que acompanharam a comitiva depa-  
raram pela primeira vez com japoneses, que nenhum deles até então conhecia pessoalmente. Naquele tempo, a Cidade de Assaí

era inteiramente nipônica; brasileiros mesmo, somente o prefeito, o delegado de polícia e o coletor de rendas.

Durante mais de vinte anos, a Estrada do Cerne se tornou o grande escoadouro da produção agrícola, notadamente o café era antes em grande parte exportado pelo Porto de Santos, através da estrada de ferro Sorocabana e passaria desde a década dos anos quarenta, a movimentar o Porto de Paranaguá. O saudoso interventor Manoel Ribas, ainda pôde assistir em vida ao embarque da bilionésima saca de café, através do nosso terminal.

Os reflexos benéficos da Estrada do Cerne na região de sua zona de influência, foram imediatos. Três grandes empreendimentos industriais foram erguidos ao longo e nas imediações da nova Estrada. A indústria de papel de Monte Alegre, ainda hoje a maior do País, a exploração em escala comercial do carvão paranaense em Figueira e a usina de açúcar de Porecatu, que atraíram capitais paulistas sob estímulo das facilidades criadas pelo próprio Interventor Manoel Ribas.

O Paraná não só crescia como celeiro agrícola e maior exportador de café do Brasil, mas também se industrializava a passos largos, transformando o Porto de Paranaguá no mais importante porto do País.

A PR-151, construída na gestão do então governador Paulo Pimentel, teve a sua inauguração ao longo de 1979, ligando Ponta Grossa a Carambeí, Distrito Industrial de Castro, onde está situada a Batavo, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva, Sengés e Itararé.

Em 1974 iniciava-se a construção da rodovia PR-092, trecho Jaguariaíva, Arapoti, Wenceslau Brás, Siqueira Campos, Quatiguá, Joaquim Távora, entroncamento com a BR-153.

Em 1981, iniciava-se a construção da PR-340, trecho Castro-Tibagi, sendo concluída em 1983.

Em 1983, iniciava-se a construção da PR-090, trecho Piraí do Sul - Ventania, Curiúva - Sapopema, sendo inaugurada no governo José Richa.

Como podemos notar, o fluxo de tráfego dessas rodovias passaram a ter na Rodovia PR-151, o seu tronco, desta forma algumas pessoas menos esclarecidas passaram a gestionar junto ao governo da época, a duplicação da Rodovia PR-151, trecho Ponta Grossa - Carambeí - Castro - Piraí do Sul. Essas pessoas na sua maioria Deputados e políticos da Região de Ponta Grossa, vislumbraram com a construção da dita estrada, angariar mais poder econômico para a referida cidade, no trecho Ponta Grossa - Curitiba, o comércio e a indústria da ci-

dade perderiam para a Capital, e com a duplicação da PR-151, se recuperariam, através das cidades atingidas pela construção da rodovia.

De nada valeu a luta de homens conscientes, que pensavam em termos de Paraná, ao alertar que isto era um grande erro. Eu mesmo, na qualidade de Deputado Estadual, afirmo que o companheiro Izidro Constantino Guedes, Vereador da cidade de Castro, na qualidade de candidato a Deputado Federal, e sendo vereador naquela cidade, denunciou, através da imprensa em geral, na região, e através de debates que foram feitos, sabendo das dificuldades de convencer a estas pessoas leigas em construção pesada. Afinal de contas, o companheiro Izidro Constantino Guedes é construtor há vinte e cinco anos, e há quatorze anos atua na área como empresário do ramo; sua família mantém a tradição há cinquenta e dois anos nesta região, então ele contestou e procurou, evidentemente, mostrar a importância. Contestou aqueles que não entendiam a importância da complementação da Estrada do Cerne. Procurou mostrar, pelo seu conhecimento, pelos levantamentos feitos naquela região, a importância do quanto se fazia necessário o complemento final desta obra, que é a Estrada do Cerne.

Começando pela Rodovia PR-092, Rodovia Parigot de Souza - se for concluído o trecho Jaguariaíva - Cerro Azul - Rio Branco do Sul, a corrente de tráfego com destino a Curitiba não irá mais utilizar a Rodovia PR-151 e vice-versa. Se completarmos o trecho da Rodovia 090 - Estrada do Cerne, trecho PR-151 Bairro das Pedras, Distrito de Abapã - Curitiba, nesse seu novo traçado a corrente de tráfego de Piraí do Sul - Castro e, possivelmente Tibagi, não irá mais utilizar mais a Rodovia PR-151, e a Rodovia do Café sentido Curitiba e vice-versa.

Se completarmos a construção da PR-340, trecho Tibagi - Mandaçaia, a corrente de tráfego da cidade de Castro, com destino ao Norte do Paraná, não utilizará a PR-151, e grande parte da BR-376, sem contarmos que o tráfego da região de Irati, Imbituva, Prudentópolis, etc, que hoje utiliza a Rodovia PR-151 para os vários destinos de carga para o Norte do Brasil (São Paulo, Ribeirão Preto, Triângulo Mineiro etc), com a conclusão da rodovia PR-153, Rodovia Transbrasiliana, deixariam simplesmente de utilizar a referida rodovia e duplicação. Sem contar que o Município de Castro, onde se encontra a maior rocha calcária descoberta do mundo, gestiona juntamente com outros municípios, a construção de uma rodovia trecho Estrada do Cerne PR-090, Socavão-Santa Quitéria, PR-092, que ligando Cerro Azul na PR-340,

trecho Cerro Azul - Bairro Vermelho e com a construção da BR-476 Ribeira, possibilitaria assim mais uma saída para o Estado de São Paulo, via Ribeira, Apiaí, Capão Bonito, fazendo com que o nosso minério, em especial o calcário e o talco, obtivessem preço compatível no mercado paulista.

O que se procura mostrar através deste trabalho, é que o dinheiro empregado na duplicação da Rodovia PR-151, que possui várias obras de arte - especiais - como por exemplo a ponte sobre o Rio Iapó, se fosse gasto na Rodovia PR-090, na Estrada do Cerne, realmente viria a desenvolver uma região de nosso Estado e com um pouco mais de recursos se concluiria a Estrada do Cerne.

Existe, evidentemente, como dissemos no início, pessoas mal esclarecidas, que não conhecem a região, e propagam que a Estrada Rodovia do Cerne PR-090 é uma rodovia cara.

No entanto, senhores, basta verificar pelo projeto incompleto de duplicação da Rodovia PR-151, e em especial para as obras de arte: trevos, passagens de nível, passagem de interiores, viadutos, retiradas de turfa do trecho Carambeí - Ponta Grossa e comparar isto com a rodovia PR-090, para se ficar convencido da importância da complementação da Estrada do Cerne.

Por isso, nós trazemos este assunto hoje para esta Casa, que é o Fórum de Debates do nosso Paraná, para que esta Assembleia possa, evidentemente, analisar com mais profundidade a importância da complementação dessa importante Rodovia, que é a Estrada do Cerne.

A Estrada do Cerne que, no início dos anos 60, com a abertura da Rodovia do Café, inteiramente asfaltada entre Ponta Grossa e Apucarana, o tráfego mais intenso deixou de lado. Então, a Estrada do Cerne começou a perder a importância juntamente com quase toda a região por ela servida.

Por isso que é necessário que esta Casa e que nós os Parlamentares, procuremos analisar o projeto, procuremos sensibilizar Sua Excelência o Governador do Estado, para que olhe com mais carinho para esta região. Esta rodovia traria um crescimento fundamental e encurtaria a chegada do pessoal do Norte, de toda aquela região, a Curitiba e vice-versa.

A nova Rodovia do Cerne vai possibilitar o ressurgimento de uma região deprimida, que esteve isolada do resto do Estado pela situação de abandono da estrada que a ela devia servir. Logo que se complete a pavimentação do trecho Piraí do Sul - Curitiba, teremos o encurtamento de mais de cem quilômetros, em relação à Rodovia do Café. É importante analisar isso.

A conclusão desse trecho desenvolverá

uma área de grande importância para os Municípios de Castro, Ponta Grossa, Campo Largo, além das regiões já citadas, possibilitando uma alternativa de tráfego seguro e eficiente, dando condições para expansão de lavouras como trigo, soja, milho, feijão, arroz, batata e tantas outras culturas, sem contar com as centenas de empresas ligadas à extração de minérios aqui na região metropolitana, Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, Cerro Azul e na região Abapã-Itaiacoca.

Assim sendo, haveria um alívio ao tráfego das Rodovias PR-151, da Rodovia do Café, dando condições e acesso a agricultores e industriais da área para um melhor escoamento da produção em direção à Capital e ao Porto de Paranaguá.

Concedo aparte ao Deputado Pedro Tonelli, que o havia solicitado no início do meu pronunciamento.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu agradeço ao aparte que Vossa Excelência me concede, e gostaria de hipotecar o nosso reconhecimento à sua importante preocupação, trazida nessa tribuna no dia de hoje, tendo em vista que somos também conhecedores desta região, que após a implantação de um novo projeto, um projeto rodoviário, está sendo considerada abandonada pelo mapa rodoviário do Paraná.

Portanto, em nome da integração do Paraná inteiro no seu corpo rodoviário, é que queremos hipotecar nosso apoio e a nossa preocupação, para que essa região, essa estrada histórica, que tem lágrimas derramadas no passado, é preciso que ela se incorpore no mapa rodoviário e se privilegie essa região tão importante do nosso Estado.

Muito obrigado por essa oportunidade e o nosso apoio à sua preocupação, que também é nossa, para fazer com que o Paraná todo seja privilegiado em pé de igualdade, no conjunto da sociedade brasileira.

O SR. ALGACI TÚLIO - Veja, Deputado Pedro Tonelli, esta não é uma reivindicação de cor partidária. Esta é uma reivindicação de todos os paranaenses, de todos os políticos, Partidos e homens desta Casa, que devem analisar com profundidade, que devem debruçar-se sobre o mapa do Estado do Paraná, e ver a importância que tem esta estrada, a Estrada do Cerne, a importância e o benefício trará a tantas regiões e à produção deste Estado do Paraná e ao crescimento maior do nosso Porto de Paranaguá.

Por isso eu quero também, Sr. Presidente, ao finalizar este pronunciamento em relação à Estrada do Cerne, reivindicação que passa, a partir de hoje nesta Casa, a ser de todos nós Deputados de Situação e

Oposição.

Quero registrar a presença de homens batalhadores pela região, o Vereador Izidro Constantino Guedes, Dr. Reinaldo Cardoso, Dr. Roni Cardoso Filho, lideranças de Castro que há muito tempo estão brigando e reivindicando esta rodovia, a complementação da Estrada do Cerne.

E numa homenagem a estes castrenses que se fazem presentes a esta Assembléia, em homenagem aos castrenses que estão um tanto quanto esquecidos em função da não complementação desta estrada; em homenagem a todos os moradores dos Municípios que a Estrada do Cerne corta, esta Assembléia Legislativa, este Parlamentar e demais Parlamentares, se congratulam.

Tenho certeza que esta bandeira que se levanta nesta Casa, bandeira que está sendo levantada há anos na região da Estrada do Cerne, não será esquecida, porque tenho certeza que os demais Parlamentares, irão se posicionar favorável à complementação da Estrada do Cerne.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Antes porém, esta Presidência comunica a presença, neste Plenário, do Prefeito de Arapoti, Sr. Lecis Fernando Damasi.

Consulto a Liderança do PDT, se fará uso da palavra. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Tonelli, por oito minutos e trinta segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. colegas Parlamentares, companheiras e companheiros.

É bom que se diga, nesta data, que o Banco do Brasil neste primeiro semestre de 1987, teve um lucro líquido 17 vezes maior que o primeiro semestre do ano passado.

É bom que se diga também que tudo isso é fruto da política econômica do Governo e das forças políticas que o sustentam.

É bom que se diga que os trabalhadores perderam neste mesmo período, 60% do poder aquisitivo dos seus salários e que isto é fruto da política econômica do Governo e das forças políticas que o sustentam.

Hoje os bancários do Banco do Estado estão em greve, greve de advertência. Os bancários do Banco do Brasil pararam na última quinta-feira; os petroleiros do Paraná podem parar a qualquer momento; os previdenciários irão parar amanhã. Tudo isso, fruto da política econômica do Governo.

Os bancários, como as outras categorias, têm razão em reivindicar a reposição salarial. Afinal, os bancos lucraram for-



tunas, nos últimos meses, e os bancários perderam, segundo o DIEESE, 53,8% do seu salário, de setembro do ano passado até setembro deste ano.

Segundo divulgação do seu próprio balanço, o Banco do Estado lucrou mais de 400% mas se nega a repor sequer as perdas salariais do Plano Bresser. Nem se fala em repor as perdas dos últimos 12 meses. Mas não é de se estranhar, e não se pode mais estranhar se a qualquer momento o Governo receber os trabalhadores mobilizados com cassetete. É claro, o cassetete democrático. Se eles chamarem a polícia para dismantelar as greves dos trabalhadores do BANESTADO, os previdenciários e outros, os petroleiros que possivelmente se obrigarão a partir para este último mecanismo reivindicatório, e é lamentável, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que se os trabalhadores tiverem que recorrer a esse mecanismo da greve, acabem por sofrer a intervenção da força policial.

E temos que reconhecer que quem teria o direito de chamar a polícia seria os trabalhadores que estão sendo roubados, que estão sendo assaltados pelo arrocho no seu salário. E no entanto, em muitos momentos na Nova República e no atual Governo Federal, nós percebemos que o governo usa a polícia contra aqueles que estão sendo roubados e que tomam a iniciativa de reclamar.

A política econômica do governo está levando à fome, ao desemprego e à miséria dezenas de milhões de trabalhadores. É preciso reconhecer que os problemas que o País enfrenta, que os problemas que os trabalhadores enfrentam, são sérios e exigem soluções profundas. Mas o Governo e os partidos políticos que o sustentam, e o centro deles é o PMDB, demonstrou em seus 30 meses de governo que incompetência é com eles mesmo.

O PMDB já demonstrou nesses 30 meses que, a gente pode dizer que é uma cópia estragada da Arena ou do PDS, não fez e não quer fazer a tão esperada Reforma Agrária. Não resolveu e agravou ainda mais o problema da habitação. Manteve a corrupção em todos os seus órgãos. Fez do Poder Público um antro de empreguismo, favores e negociatas. Instalou o maior arrocho salarial da história do País. Mantém a exploração do grande capital, especialmente o capital dos banqueiros. O PMDB encampou promessas arrebatou multidões e chegou ao poder. Aplaudido nos palanques, carregado nas ruas, o PMDB trocou as multidões de votos e das eleições diretas pelo conchavos. Trocou as esperanças das multidões em acertos de cúpulas em troca de favores e de cargos.

A Reforma Agrária tão propalada nos palanques e sacramentada nos estatutos e

programa do partido, tornou-se a filha mais bastarda das promessas da Nova República.

E o que dizer do arrocho salarial? O Governo tomou de assalto a paternidade do arrocho dos salários, deixando órfãos os militares que durante 20 anos foram aliados do arrocho, sem porém haverem conseguido uma paternidade tão negra como a de hoje! A Nova República é a mãe do arrocho salarial, e o maior Partido do Ocidente, o PMDB, é o pai desavergonhado do arrocho salarial, que não teve escrúpulos em florear os Anais do Congresso Nacional com discursos de defesa dos salários e que, hoje,...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência comunica ao nobre Deputado, que seu tempo está esgotado V.Exa. terá 30 segundos, para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

Hoje mantém os salários o governo e o poder, os mantém nos mais baixos índices da História Brasileira.

Por isto é de se perguntar:

E as mudanças, quando virão? E de quem virão?

Peço escusas aos nobres Colegas, o tempo é curto, infelizmente está esgotado, mas eu agradeço, Sr. Presidente, a compreensão dos nobres Colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PL, se deseja fazer uso do Horário que lhe é reservado?

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, por 8 minutos e 30 segundos.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto a repetir, nesta oportunidade, um chavão que identifica meu pensamento pessoal e do Partido Liberal, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Enquanto a Educação continuar sendo olhada como despesa e não como investimento neste País, o Brasil continuará sendo Nação subdesenvolvida! E a reboque de situações constrangedoras!

E essa preocupação acentua-se hoje quando vemos a Assembléia Nacional Constituinte prestes a aprovar um substitutivo do Relator Bernardo Cabral, onde conquistas legítimas do magistério estão prestes a sucumbir como num passe de mágica.

Justamente onde desaguardam as reivindicações desta Nação clamando por justiça, estamos prestes a ver o magistério perder conquistas que amealhou com muito sacrifício, e cujo desaparecimento representará mais uma vitória do "lobby" montado contra essa classe.

Sinceramente, Senhores, não é apenas aos militares - como já alertou o Ministro do Exército num recado "curto e grosso" - que o Substitutivo Bernardo Cabral traz preocupação, é também ao magistério brasileiro, eis que essa preocupação transfere-se, de forma a alertar a todos que labutam nessa área.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o atual substitutivo de Bernardo Cabral não garante nenhum percentual de verbas públicas para a Educação - o que é um absurdo!

Ele desvincula o vencimento do professor do salário-mínimo, sem criar ao mesmo tempo, mecanismo capaz de garantir o mínimo à sobrevivência do mestre.

Esse substitutivo acaba com a aposentadoria aos 25 anos, conquistada na Sub-Comissão de Educação e hoje uma esperança para muitos que labutam na área, e cujo sacrifício tem, nessa medida, o mínimo de reconhecimento aos bons serviços prestados!

Esse mesmo substitutivo, Srs. Deputados, transfere para o Município a manutenção do Ensino de 1º Grau, quando não cria condições de as Prefeituras contarem com recursos capazes de enfrentar essa carga, pois a parte "do leão" continua com a União.

Esse mesmo substitutivo não prevê eleições para Diretor de Escola, não assegura verbas públicas exclusivamente para Escolas Públicas, não garante jornada de 40 horas nem propõe estabilidade no emprego. Tudo isso, Senhores, são reivindicações justas que têm marcado a luta do magistério ao longo dos tempos e que estão prestes a se tornar uma lembrança do passado. É no sentido de defesa do magistério que ocupamos a tribuna nesta oportunidade, para apelar aos companheiros no sentido de que façam eco com as manifestações de alerta do magistério, unindo-se a uma corrente capaz de sensibilizar o Sr. Bernardo Cabral, cuja caneta tem hoje nesta Nação o poder de sugerir, encaminhar à decisão, conquistas que a nobre classe do professorado pode perder a qualquer momento. Vamos nos unir, Senhores, para garantir a aposentadoria especial aos 25 anos para todos os professores, por verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas, por garantir de percentual de verbas destinadas à educação. Vamos fazer sentir ao magistério que nós, Deputados, estamos preocupados com sua situação e conquistas, e podemos interceder apelando com a força desta Casa representativa, pela manutenção de direitos e obtenção de novos objetivos que favoreçam ao professorado. Repito, vamos investir na educação e não transformá-la em instrumento de defesa, onde o saber de muitos pode representar fielmente o desenvolvimento desta Nação e não privilégio

de poucos.

Com muita satisfação concedo aparte ao eminente Deputado José Alves.

O Sr. José Alves: Caro Deputado, ouvindo atentamente o seu discurso a gente passa a pensar que os nossos governantes da área federal se preocupam em fazer penitenciárias, cadeias, mas não se preocupam, Deputado, em fazer escolas e creches.

Acho que é melhor ensinar o garotinho que está jogado pela rua os bons caminhos, fazer uma creche, uma escola agrícola para prepará-lo, do que construir uma penitenciária para prendê-lo no dia de amanhã. E como V.Exa. relata, as verbas para as escolas eles têm como despesa, e quando se corta verba, a primeira atacada é a agricultura ou a educação. Nosso País, o Brasil, tem mais de 30 milhões de analfabetos, tem gente aqui na Capital que se sair e perguntar, você sabe escrever? Não sei. Sabe assinar o nome? Não. Conhece hora de relógio? Também não. Sabe o nome do Prefeito de Curitiba? Não. Sabe o nome do Governador. Quem é? Sabe o nome do Presidente da República? Ué, existe isso? Quer dizer que ninguém sabe, o analfabetismo no País é grande, e ninguém dá a mínima importância. E a cada dia que passa, nobre Deputado, o analfabetismo no Brasil aumenta constantemente. Então, V.Exa. está certo, os nossos governantes se preocupam com tudo, em aumentar o tempo de aposentadoria dos mestres, do trabalhador, mas não se preocupam com o ensino deste País sem querer ver que dentro de pouco tempo, em breve, nós teremos um grande número de analfabetos. Esse país está regredindo e não preocupam em ensinar, mas sim só em gastar dinheiro onde não é preciso e esbanjar dinheiro nas estatais. Portanto, parabéns a V.Exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - O aparte de V.Exa.

nobre Deputado José Alves, vem demonstrar a sua preocupação nesse particular. É a tradição daqueles que lutam pelo desenvolvimento da nossa Pátria, estabelecidos na cidade de Maringá, aliás, Maringá tem sido exemplo nesse particular, a educação tem sido procurada de maneira exemplar pelos mestres que ali operaram, por homens públicos que passaram nas casas legislativas e no Executivo daquela região. É necessário que, em termos de Brasil, haja essa compreensão, se leve em conta esses aspectos, como muito bem disse V. Exa.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Essa Presidência informa que seu tempo está esgotado, tem 30 segundos para concluir.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Muito Obrigado Sr. Presidente. Como muito bem disse

V.Exa., muito melhor do que construir penitenciárias é se preocupar com a educação.

Oxalá, que os Constituintes tenham isto em mente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto a Liderança do PFL se fará uso de seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Fará uso da palavra, o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Excelentíssimos Senhores Deputados:

Nós tivemos a oportunidade de ouvir atentamente os pronunciamentos feitos pela Oposição, neste Poder Legislativo.

Ouvimos também pronunciamentos de companheiros da Bancada, do partido que honrosamente represento neste Poder Legislativo, que é o PMDB.

Falou-se em segurança, falou-se nos trabalhadores, e muitos outros assuntos foram abordados. Mas, se esquecem os componentes que ocuparam a tribuna deste Poder Legislativo nesta tarde, de dizer que o Estado em que honrosamente eles tiveram também a felicidade de serem escolhidos através do voto popular e secreto em 1986, como Deputado Estadual do Paraná, se esquecem de dizer que o Estado onde os Senhores são Deputados, é um Estado que se destaca nacionalmente através da grande administração do Governo do Paraná, do Governador Álvaro Dias.

Outros Estados passam pelas suas dificuldades, como o Paraná também passa pelas suas dificuldades. Mas, pela habilidade e pela inteligência, que através de Deus foi dada ao Governador Álvaro Dias, nós estamos navegando dentro de uma maré que propicia a tranquilidade aos tripulantes deste grande navio que é o Paraná. E se nós estamos tendo esta tranquilidade, não de lembrar os Senhores Deputados de que ainda o Paraná é governado através de um orçamento anterior, deixado pelo antecessor do Governador Álvaro Dias.

Imaginem então o que ocorrerá então, Senhores Deputados, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, a partir do momento em que este Poder Legislativo haverá de apreciar o novo orçamento do Estado incrementando a

sabedoria e inteligência do Governo do Paraná, através da sua assessoria e com o apoio deste Parlamento, pois ainda acho que este Parlamento tem que se ajustar mais com o Poder Executivo, seguindo-lhe o exemplo de austeridade, de respeito ao povo do Paraná.

Falou aqui, o Líder Único do PT, com relação a situação dos funcionários do Banco do Estado do Paraná, mas Vossa Excelência, se esquece de dizer que Vossa Excelência que tanto prega neste Poder Legislativo, com relação à Reforma Agrária, dizendo que os homens que estão esquecidos e abandonados, que são os homens sem terras...

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Se for possível, eu lhe concederei. Apesar de ser democrático, o tempo talvez não me permita ouvir as respostas dos Senhores Deputados. Entretanto aprendendo com Vossa Excelência, como democrático que se diz e que cede aparte aos Senhores Deputados, eu tenho aprendido esta lição e posteriormente posso até lhe dar aparte.

Vossa Excelência, que tanto fala em Reforma Agrária para os homens que estão sem terras, se esquece de dizer que o Banco do Estado do Paraná, através do governo Álvaro Dias, deixou de transformar em sem-terras no Estado, mais de quarenta mil famílias que estavam sendo executadas através do Banco do Estado do Paraná.

Vossa Excelência, ilustre Deputado, se esquece que o Banco do Estado do Paraná, hoje, é o banco que goza de um conceito nacional, através de sua posição de credibilidade, com seus clientes do Estado do Paraná. Vossa Excelência se esquece que o Governador Álvaro Dias passou a prestigiar os funcionários de carreira do Banco do Estado e não dando mais diretorias apenas por interesses pessoais de empreguismo político no Paraná.

Vossa Excelência prega muito bem, mas prega muito bem as inverdades e as mentiras que traz ao povo do Paraná. Vossa Excelência, ilustre Deputado, tem que fazer justiça, Vossa Excelência falou da Reforma Agrária, mas Vossa Excelência, se esquece que através de lutas, de sacrifícios daqueles que empunharam a bandeira do PMDB no Paraná e no Brasil. Vossa Excelência se esquece de dizer nesta tribuna deste Poder Legislativo, que o homem que estava lutando pela Reforma Agrária, um homem que lutou tanto, preocupado com a Reforma Agrária no País, morreu a serviço da Nação dos trabalhadores deste País, deixando a sua esposa, os seus filhos, lutando por

uma causa de justiça.

Isso Vossa Excelência não vem dizer neste Parlamento, ilustre Deputado, Vossa Excelência não procura ver aquilo que está sendo feito em benefício do povo do Brasil e do Paraná, em especial no Paraná. Eu discordo de Vossa Excelência, porque o homem que fala do trabalhador, do homem da mão calejada, hoje ainda dou a minha mão à palmatória, ao dizer a Vossa Excelência, que se Vossa Excelência viesse defender aqui o preço o café no Brasil, eu acho que Vossa Excelência ganharia muito mais do que ao pregar inverdades neste Poder Legislativo.

Vossa Excelência talvez não saiba que todo intercâmbio do café brasileiro, ainda e infelizmente, é controlado pelos americanos, que controlam muitas e muitas coisas neste País. Mas nós haveremos de resistir, haveremos de resistir como homens que pensam no País e não como homens que vêm dizer inverdades e demagogias ao povo do Paraná e ao povo brasileiro.

O povo está cansado de políticos demagogos, de políticos mentirosos, que através dos interesses escusos procuram desestabilizar os políticos sérios que querem ver um Paraná e um Brasil melhor e o Paraná tem exemplo hoje...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que o seu tempo está esgotado e dá 30 segundos para o Senhor concluir.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - ... e o Paraná tem um exemplo, hoje, na figura do Governador Álvaro Dias, que está resgatando a credibilidade da classe política do Paraná. E acho também, Senhor Pedro Tonelli, Deputado, que Vossa Excelência não pode denegrir a imagem deste Parlamento porque o povo também quer cobrar dos Deputados Estaduais do Paraná de modo a que sigam a mesma trilha e o exemplo do Governador do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Basílio Zanusso, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado David Cheriegate, como representante do PFL junto à CPI destinada a apurar possíveis irregularidades no Banco do Estado do Paraná S.A., e no Banco Del Para-

ná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 255/86, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO SECE, com sede na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 34/87, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL VICENTINA DE PEABIRU, com sede e foro na cidade de Peabiru. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 46/87, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que denomina de DOUTOR ARNALDO BUSATO, o Centro de Saúde I, do Município de Santa Terezinha de Itaipu. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 47/87, de autoria do Deputado David Cheriegate, que declara de Utilidade Pública a "Câmara Júnior de Cascavel - CAJUVEL", com sede e foro no município de Cascavel. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 59/87, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores de Santana do Itararé", com sede no município de Santana do Itararé. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 79/87, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Imbituva o imóvel constituído pelo terreno rural situado na localidade de Guaramiranga medindo 12.100 m., matriculado sob o n.º 12.219, de Livro 3-C, do Cartório do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. EMENDA: Aprovada. Projeto: Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 84/87, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCÂNTARA, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICIENTE OPERÁRIA PALMENSE, com sede e foro na cidade de Palmas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 92/87, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URAIENSE, com sede e foro no Município de Uraí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 93/87, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que concede o Título de Cidadã Benemérita do Estado à Professora DIVA VIDAL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 99/87, de autoria dos Deputados HERMAS BRANDÃO e JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que denomina a PR-431, compreendida entre Ribeirão Claro e Cambará, de Rodovia BENEDITO MOREIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 100/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA e OUTROS, que acrescenta parágrafo ao artigo 1° e altera redação do artigo 2° da Lei n° 6.994, de 10.01.1978. ( Dispõe sobre as normas de declaração de Utilidade Pública). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Vitório Bobatto, ocorrido no município de Imbituva.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Maestro Lindolpho Gaya, ocorrido no dia 14 de setembro do corrente ano.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Maestro Lindolpho Gaya, ocorrido no dia 14 de setembro do corrente ano.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Otávio Leite e filhos, ocorrido no município de Loanda. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Otávio Leite ocorrido no município de Loanda. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Cotonifício Kurashiki do Brasil Ltda., pela passagem do 15° aniversário de fundação, com sede no município de Ponta Grossa.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 117/87, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Franklin Vieira da Silva.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando informações sobre qual o objetivo do Projeto denominado P.I.C.- Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção nos Anais desta Casa de Nota Oficial expedida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.- Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Desisto do requerimento de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa irá então proceder à verificação de votação, referente ao requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Oito Srs. Deputados aprovam, vinte e três rejeitam. Está rejeitado.- Rejeitado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) - Pediria que fosse incluído como Deputado a favor da aprovação. Estava ausente no momento de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Mesa defere e está consignando o seu voto favorável ao requerimento.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de Comissão Especial, composta de sete Deputados, para acompanhar, fiscalizar e elaborar subsídios sobre a questão da defesa da Paz.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados Basílio Zannusso, João Arruda e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Regional do Banco do Brasil, encarecendo a instalação de uma sub-agência do referido Banco, no Distrito de Jandaia do Sul, no município de Bom Sucesso.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados Basílio Zannusso, João Arruda e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Regional do Banco do Brasil, encarecendo a instalação de uma sub-agência do referido Banco, no Distrito de Jandaia do Sul, no município de Marumbi.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados Basílio Zannusso, João Arruda e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito Luar, no município de São João do Ivaí.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando dispensa de Redação Final para os Projetos de Lei em 3. Discussão, na data de hoje, 16 de setembro do corrente ano.- Aprovado.- À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, pleiteando a pavimentação do trecho de Tamarana, no município de Londrina, até a ponte do Rio Apucarana Grande.- Aprovado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, encarecendo a solução do atendimento médico aos segurados do IPE, nos municípios de Umuarama e Toledo.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a implantação de uma Escola de primeiro Grau no Jardim Tropical, no município de Maringá.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública encarecendo providências para a designação de funcionários para suprir as deficiências da Seção Técnica do Instituto de Criminalística do município de Maringá.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S/A., por intermédio da Secretaria das Finanças, pleiteando a instalação de uma agência bancária no Distrito de Campina do Simão, no município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Educação e Secretário da Educação, reivindicando a concessão de bolsas de estudo para os alunos da Fundação Faculdade de Ciências e Letras do município de Mandaguari.- Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Educação e Secretário da Educação, pleiteando a concessão de um número maior de bolsas de estudo para os alunos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, nesta Capital.- Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-

se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando a transcrição nos anais desta Casa da matéria intitulada "O Engodo da Caixa" publicado no Editorial do Jornal do Estado.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Sociedade Consular do Paraná pela eleição da nova Diretoria, com sede nesta Capital.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Doutor Gilberto Geraldo Garbi, pela capacidade, idoneidade, responsabilidade e dedicação, quando de seu desempenho como Presidente da Telepar.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, através do Sistema Financeiro da Habitação, no município de Guaraqueçaba.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, pleiteando a criação da Comarca de Mandirituba. - Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem). Para discutir Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio). Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo melhorias no Conjunto Habitacional São Cristóvão - COHAPAR II, do Município de Umuarama. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando audiência da Comissão de Educação às Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 53/87, com a participação de representantes da Associação dos Professores do Paraná. - Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem). Para discutir Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio). Adia-se a discussão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Paulino José Delazeri e Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à cineasta paranaense Berenice Mendes pela dupla premiação do filme "A Classe Roceira", no II Festival de Fortaleza do Cinema Brasileiro. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, reivindicando a implantação de um posto de serviço daquela empresa no bairro denominado "Jardim Alvorada", no Município de Maringá. - Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem). Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio). Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues do Nascimento, constante do expediente, solicitando a inserção nos Anais desta Casa do Relatório do I Seminário dos Trabalhadores da Saúde - Região Norte. - Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Golden Cross - Assistência Internacional de Saúde, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense. Retirado pelo Autor.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BAGGIO) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito embora o nome Golden Cross, possa parecer a alguns tratar-se de uma empresa originária de outro País, é uma organização genuinamente brasileira. Seu Presidente e fundador, Dr. Milton Afonso é um homem de profundas convicções cristãs.



Tem essa organização prestado relevantes serviços à comunidade brasileira, proporcionando milhares de bolsas de estudos, mantendo a Universidade de São Carlos no Estado de São Paulo com vários cursos. No Estado do Paraná, mantém o hospital da Cidade de Londrina, que tem desenvolvido uma atividade realmente muito importante para a preservação da saúde de todos daquela região e para o desenvolvimento da arte médica e farmacêutica.

A Golden Cross, além disso, tem contribuído de maneira muito particular com assistência social desenvolvida por diversas igrejas evangélicas no afã de minimizar as dores físicas de vários brasileiros, exatamente daquelas pessoas que vivem em regiões mais carentes.

Há tempos atrás, Sr. Presidente e Senhores Deputados, foi esta entidade confundida maldosamente por algumas pessoas como fosse uma multinacional. Isso não é verdade.

Por esta razão, o reconhecimento ao trabalho dessa organização, por questão de justiça, deve ser feito por todas as pessoas de bom senso. Daí a apresentação desse nosso requerimento.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Para encaminhar) - A propósito deste requerimento, apesar da defesa feita pelo eminente Deputado Ezequias Losso, quero colocar a nossa posição dizendo que estamos em momento de constituinte, discutindo a reforma sanitária e a saúde como direito de todos e, inclusive, como dever do Estado. E não achamos que seja válido o empresariamento e a mercantilização da medicina, motivo pelo qual colocamos nossa posição de votar contra este requerimento, identificando os anseios e os interesses da comunidade e da população brasileira por um acesso aos direitos com relação à saúde. E não só isso, queremos também mudanças, transformações fundamentais na nossa sociedade, para que a saúde, além de um atendimento médico e hospitalar, seja um reflexo também das condições e da qualidade de vida da nossa população, tais como, alimentação, habitação, trabalho, salário justo, terra para se plantar, motivo pelo qual, nós, lutamos por uma reforma agrária justa.

Então, fechando a nossa posição solicitamos aos companheiros da nossa Bancada e também da oposição, que lutemos em momento de Constituinte por uma reforma sanitária que dê acesso a todos os brasileiros, assistência médica à saúde e também aos direitos sociais.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem). Já que este requerimento é um tanto polêmico eu sugeria, se fosse possível, da Mesa, a

leitura de todo o teor deste requerimento antes de votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que faça a leitura do inteiro teor do presente requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê): Requerimento do Deputado Ezequias Losso, sobre voto de congratulações à Golden Cross.

O SR. ANIBAL KHURY - (Questão de Ordem)- Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Concedo a palavra ao Deputado Anibal Khury, pela ordem.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor Presidente, eu levanto uma questão de ordem. Antes, porém, de levantar esta questão de ordem faço um apelo ao Deputado Ezequias Losso para que retire o seu requerimento de congratulações à Golden Cross, a essa empresa, porque trata-se de um empresa particular e não compete a Assembléia Legislativa elogiar ou não essa companhia.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Questão de Ordem)- Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Muito embora a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, seja a caixa de ressonância do que acontece na sociedade e o reconhecimento aos trabalhos nobres desenvolvidos por empresas e por pessoas, mereçam ser destacados aqui, tendo em vista a existência de uma polêmica, que francamente eu não estou entendendo qual seja a sua razão exata, da sua forma de colocação, nós vamos acatando a sugestão do Deputado Anibal Khury, e é o que faço neste instante, propôr à Mesa a retirada desse requerimento, para que particularmente eu possa explicar ao nobre Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira alguns aspectos relacionados com o trabalho que a Golden Cross tem realizado.

Posteriormente voltaremos a apresentar o requerimento a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- A Mesa defere o pedido e fará a retirada do seu requerimento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado

Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Uma vez que o ilustre Deputado Ezequias Losso concordou com a retirada do requerimento do qual oportunamente dará entrada eu sugeriria ao ilustre Deputado que fizesse o currículo dessa empresa acompanhar o próximo requerimento para que os Senhores Deputados pudessem fazer uma avaliação.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Questão de Ordem)- Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Com toda a satisfação atenderemos as ponderações do Deputado Dirceu Manfrinato, inclusive colocando quais são os Diretores da Golden Cross do Brasil da qual faz parte um ilustre Paranaense. Em Washington nem existe a Golden Cross, para que o nobre Deputado Paulo Furiatti possa ser informado.

Há uma confusão que foi estabelecida e eu não sei por qual razão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)-

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Relator da Constituinte, encarecendo a exclusão, no substitutivo, de artigo que acaba com a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura encarecendo urgente estudo na correção dos preços dos produtos agrícolas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado da Educação e Prefeito Municipal de Marmeleiro, encarecendo a garantia de que os alunos da Escola General Carneiro, da linha Palmeirinha, no Município de Marmeleiro, tenham assegurado o direito de receberem

aprovação neste ano letivo. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós percebemos já há muito tempo que em Marmeleiro estão acontecendo uma série de fatos, atos arbitrários, que segundo interpretação dada pela comunidade são atos que partem exclusivamente do Prefeito Municipal.

Ocorreram problemas com o pessoal que trabalha na Secretaria de Estado da Agricultura, com o pessoal da ACARPA, e agora está acontecendo com o pessoal ligado à Educação, com os professores.

Temos um exemplo que está explicitado no teor, no corpo deste requerimento. Um professor foi demitido sumariamente, contrariando o interesse de 100% da comunidade de Palmeirinha, no Município de Marmeleiro, onde o Prefeito nomeou o seu preferido, que está lecionando na escola, mas sem nenhum aluno e sem ter dado nenhuma aula, é fantasma no Município de Marmeleiro, enquanto que o professor de preferência da comunidade, está continuando as suas aulas com a presença de todos os 54 alunos matriculados na Escola!

Então acho que esse fato entre outros, nos chama a atenção e é preciso que esta Casa manifeste através desse Expediente, o descontentamento e o pedido de providências ao Governador, ao Secretário de Estado da Educação, e também que seja manifestado o nosso desagrado a esses atos arbitrários diretamente ao próprio Prefeito de Marmeleiro.

Nós temos aqui uma cópia de uma carta, de um documento, assinado pelo Prefeito de Marmeleiro, pelo Presidente do PMDB e pelo Senhor Danilo Pavan, Presidente da Câmara Municipal, no qual estão pedindo a transferência de técnicos da ACARPA, do pessoal que trabalha no Escritório, porque ele têm uma outra linha de trabalho, proporcionando um maior entrosamento com a administração. Não se trata de entrosamento com a comunidade de Marmeleiro, mas sim, com a Administração Municipal; e consta também que, se tais providências não forem tomadas, a Prefeitura, a Câmara e o Presidente do PMDB, estariam pedindo o fechamento do Escritório local da ACARPA.

Então esta é uma prova escrita que temos aqui, de que realmente está havendo perseguição política que embora esteja sendo contestado pela demagogia "manfrinática" nesta Casa, certamente, podemos

provar com documentos que a perseguição política impera e anda a solta neste estado, e esta Casa não pode permitir que continue!

É com base nisto que pedimos a todos os Pares desta Casa que enviemos expediente ao Prefeito, ao Secretário de Estado da Educação e ao Governador Álvaro Dias, pois eles certamente compreenderão que esses são atos indesejáveis e superados no Paraná!

Muito obrigado.

O SR. HAROLDO FERREIRA - (Para encaminhar).

Senhor Presidente, tem sido levantado nesta Casa, pelo Deputado Pedro Tonelli, seguidamente, uma série de questões e injustiças contra o nosso companheiro, Prefeito Municipal Juvenal Ghattino, de Marmeleiro, o que não podemos admitir porque, na verdade, o nosso Prefeito Juvenal Ghattino tem compromissos assumidos com a população de Marmeleiro. Assim, no momento em que o Escritório da ACARPA no Município não esteja trabalhando de acordo com os interesses da municipalidade e da comunidade, de uma forma integrada com a Administração Municipal, o Prefeito Municipal colocou o seu desacordo pela forma como estava funcionando a ACARPA nesse Município, solicitando da Secretaria da Agricultura que fizesse, sem dúvida nenhuma, um remanejamento do pessoal que ali estava trabalhando, no sentido de que para lá fossem outros profissionais, comprometidos com a integração e com o trabalho a ser desenvolvido no Município. Entretanto isto tem sido deturpado pelo Deputado Pedro Tonelli, colocando ele que existe perseguição político-ideológica, o que não é verdade.

Inclusive, dentro do próprio Estatuto da ACARPA é solicitado e é permitido que esses profissionais sejam transferidos para prestarem seus serviços também em outros Municípios, o que não foi aceito por esses profissionais, sendo que alguns deles inclusive, chegaram a pedir demissão espontaneamente.

Portanto, esses profissionais não foram demitidos. Única e exclusivamente foi solicitado que se integrassem à metodologia de trabalho da Municipalidade, de acordo com os interesses da comunidade, o que não foi jamais atendido por esses profissionais, sendo dada a eles uma oportunidade de desenvolverem o seu trabalho em outros municípios.

Deixo aqui o meu repúdio as colocações do Deputado Pedro Tonelli contra o nosso companheiro Prefeito Juvenal Ghattino, de Marmeleiro, que administrativamente, de acordo com seus compromissos com a popula-

ção que o elegeu, tem administrado da melhor forma possível o Município de Marmeleiro.

Obrigado!

O SR. PAULO FURIATTI - (Para encaminhar)-

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A ACARPA é um órgão da Secretaria da Agricultura que quando trabalha num Município, o faz sob convênio com a Administração Municipal. O Estado participa de um convênio com a Prefeitura e neste é estabelecido que a ACARPA possui a sua diretriz de trabalho, assim como o Prefeito eleito democraticamente tem compromissos populares. Então, de acordo com este convênio entre o Prefeito e a Secretaria de Agricultura, se desenvolve esse trabalho. Quando funcionários de uma organização do Estado, que são pagos pelo dinheiro do povo, mas que tem que atender as diretrizes do Governo do Estado e também do município, se rebelam e não aceitam, fazendo um governo paralelo cabe à competência dos administradores municipais encontrar em primeiro lugar o melhor caminho para esses funcionários. Qual seria? A transferência para uma localidade onde possam desenvolver seu trabalho. Quando estes funcionários, no entanto, se negam a cumprir o seu contrato de trabalho e não aceitam a transferência, compete ao administrador mandá-los embora. Esta é uma questão muito clara e límpida. Quando vejo o Deputado Pedro Tonelli defendendo estes cidadãos brasileiros com tamanha intensidade, parece-me que aquele escritório estaria a serviço não do povo, mas de partido político. Portanto, também não aceito as argumentações do Deputado Pedro Tonelli, e volto a afirmar aqui que os funcionários públicos de um Estado, de um município, têm compromissos principalmente de atender o povo, mas principalmente de seguir as diretrizes para o qual foram contratados e estão a trabalhar no município.

Era isso, muito obrigado Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em discussão o requerimento do Deputado Pedro Tonelli. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. REJEITADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, encarecendo providências às reivindicações da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja dado como lido o pronunciamento em ane-

xo. Deferido.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando audiência da Comissão de Finanças ao Projeto de Resolução n. 51/87, (Projeto de Lei n. 32/86), que visa criar o Município de Palmeirinha. Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encaminhando reivindicação da Comissão de Professores representantes do Concurso realizado no ano de 1986. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Não começou outra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Matéria vencida. Esta Presidência informa que já estava lendo outro requerimento do Senhor Deputado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Delegacia Regional do Trabalho - DRT encarecendo o envio de mais fiscais da Delegacia Regional do Trabalho para o Município de Pato Branco. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência fará a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimentos queiram levantar-se. (pausa) Três Senhores Deputados Aprovam. Dezenove Senhores Deputados. Rejeitam.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após com a Ordem do Dia também já anunciada.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, EM SESSÃO DO DIA 16 DE SETEMBRO DE 1987.

RELATÓRIO DO 1º SEMINÁRIO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE - REGIÃO NORTE 28 e 29/08/87.

## PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL

### INTRODUÇÃO

Os trabalhadores da saúde participantes do I Seminário Região Norte questionam a forma centralizadora de como vem se desenvolvendo o convênio SUDS no Paraná, sem a participação, já reivindicada, dos trabalhadores deste setor nas comissões que discutem a Estadualização.

Diante de tal insatisfação, os participantes levantaram as seguintes propostas:

### REFORMA SANITÁRIA

1. Criação de um Conselho Regional de entidades e trabalhadores da saúde da região norte, nos municípios abrangidos pela Amepar, com representações nas comissões de saúde e tendo como função:

a) discutir com os trabalhadores da área e com a comunidade as questões relativas ao SUDS, inclusive a participação na aprovação de projetos e na aplicação de recursos financeiros oriundos do convênio;

b) representar os trabalhadores da saúde junto às instituições e comunidade;

c) promover seminários da categoria, periodicamente, nos municípios e micro-regiões do norte do Paraná;

d) realizar reuniões ordinárias mensais,

2. Criação de uma comissão de trabalhadores e entidades da área de saúde do Município de Londrina, tendo como função:

a) representar os trabalhadores do município na CINS (Comissão Interstitucional municipal de Saúde);

b) encaminhar formas de discussões por local de trabalho tais como: reuniões, boletins, informativos etc;

c) articular com as demais entidades de trabalhadores (sindicatos, associações etc) e pessoas da comunidade no sentido de discutir as questões relativas a política de saúde.

### VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DE SAÚDE

1. As gratificações SUDS a serem usadas para equiparação salarial devem incorporar imediatamente o salário nominal dos servidores, inclusive para os servidores do município.

2. Unificação do plano de carreira para todos os trabalhadores de saúde, mantendo todas as vantagens e benefícios já adquiridos.

a) que a elaboração do plano seja feita por comissão paritária com representação dos trabalhadores de saúde;

b) insalubridade para todos os traba-

lhadores de saúde, calculada sobre o salário nominal, de acordo com o grau de risco;

c) jornada de trabalho de 6 horas para todos os servidores, com gratificação do SUDS integral;

d) valorização e aproveitamento do funcionário conforme o seu grau de instrução;

e) realização mais freqüente de ascensão funcional com o objetivo de reenquadrar os funcionários desviados de suas funções;

f) garantia de estabilidade no emprego;

g) concurso interno e externo quando houver vagas.

3. Descentralização do Departamento de Recursos Humanos com autonomia para seleção, treinamento, acompanhamento e desenvolvimento de pessoal a nível local e regional.

4. Eleição para chefias em todos os níveis, com direitos dos servidores elegerem e serem candidatos a cargos de chefias.

5. Direitos a sindicalização para os servidores públicos, com a associação, desde já, nos sindicatos existentes.

6. Que o Estado e o Município garantam urgentemente a realização de cursos para atendentes e auxiliares de saúde, no sentido de que possam exercer as funções de auxiliar de enfermagem ou visitador sanitário, conforme a Lei n. 7498, que regulamenta estas profissões.

7. Que haja a valorização da equipe multiprofissional, sem privilégios de determinadas categorias.

8. O seminário manifesta estranheza com relação às demissões de diretores da SESA:

- Considerando que as entidades representativas de trabalhadores do setor saúde defendem a estabilidade no emprego, contra as demissões sem justa causa;

- Considerando que essas entidades já se pronunciaram contra o processo de centralização excessiva, promovida pelo Secretário de Saúde nas decisões sobre a reformulação do setor saúde. Nesse sentido, já haviam encaminhado manifesto denunciando esta situação, e solicitando participação nas comissões que discutem o convênio SUDS;

- Considerando que a demissão de dois diretores fez com que vários chefes e assessores colocassem seus cargos à disposição, caracterizando apoio explícito aos demitidos, e que esse fato comprova que as críticas ao Sr. Secretário não são isoladas.

- Manifestamos estranheza quanto a atitudes do Sr. Secretário da Saúde, pela demissão dos dois diretores da SESA."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DA SRA. DEPUTADA AMÉLIA HRUSCHKA, EM SESSÃO DO DIA 16 DE SETEMBRO DE 1.987.

## "O ENGODO DA CAIXA"

Editorial

A avaliação da medida de "abertura" tomada pela Caixa Econômica, passando a oferecer financiamento para a aquisição de imóveis usados: "a medida é insuficiente para reativar o mercado. Há quem fale na liberação de 30 bilhões e se for isso mesmo, não vai dar nem para começar, já que tal quantia financiaria somente 20 mil imóveis usados pelo valor máximo". Logo depois, vem a informação oficial da Caixa: foram liberados 10 bilhões para o setor, permitindo assim a comercialização de pouco mais de 6 mil imóveis dentro do teto máximo. Que dirão hoje os representantes do setor imobiliário? E considerando a série de exigências que a Caixa criou para conceder tal empréstimo - "a salvação daqueles que pagam aluguel" - apenas uma minoria muito bem abonada terá condições de consegui-lo, pois as exigências descartam no mínimo 98 por cento daqueles que realmente precisam.

O futuro mutuário da Caixa Econômica em imóvel usado, deverá ter no mínimo 20% do valor do imóvel financiado. Isso oficialmente, porque a verdade é outra, já que a avaliação dos técnicos da Caixa jamais chegarão ao valor real do imóvel. Então, o mutuário deverá ter os 20% da avaliação e também a diferença combinada com o indivíduo que vai vender o imóvel. Para uma casa média, que vale 500 mil cruzados, por exemplo, ele deverá ter 100 mil e mais a diferença da avaliação, que poderá ser de 100 a 150 mil cruzados. É preciso também ter um saldo médio em conta-corrente ou poupança na própria Caixa, durante seis meses, equivalente a pelo menos 50% desta parcela de recursos próprios. Ou um saldo médio, durante três meses, equivalente a 100% da parcela de recursos próprios exigidos.

No ato de inscrição na Caixa, terá que fazer o depósito da parcela de recursos próprios exigida, para ter direito ao financiamento. Assim, este ano é impossível conseguir a liberação do empréstimo. Depois de ter o saldo médio exigido, o mutuário tem que fazer o cadastro e aguardar a aprovação ou não pela Caixa. Tudo apropriado para o elemento que dispõe de muito dinheiro e quer aplicá-lo no setor imobiliário. Só que a preferência é para inquilinos interessados em adquirir o imóvel em que moram. Em última análise, um tesouro no fundo do mar, à disposição apenas daqueles que não sabem nadar. Foi uma jogada

esquisita, que a princípio, visava solucionar um dos problemas sociais mais graves no momento no Brasil. A sorte, a influência e o dinheiro em abundância, dão as condições para ser mutuário da Caixa Econômica no novo sistema. Só que aqueles que têm tudo isso, não precisarão da Caixa.

Os 10 bilhões disponíveis para esse tipo de negociação poderiam perfeitamente ser aplicados de outra forma. Seria uma quantia razoável, por exemplo, para a aquisição de casas populares junto às próprias construtoras, para a venda às classes menos favorecidas, sem a série de exigências e com todas as facilidades possíveis, após a montagem de um cadastro honesto. Pelo menos 20 mil famílias poderiam

ser beneficiadas com a medida, considerando-se a aquisição de imóveis até 500 mil cruzados. O que não se pode é despertar o interesse do desesperado inquilino, que acaba perdendo tempo ao procurar as informações complementares e se vê obrigado a construir seu castelo de areia junto ao mar, em maré baixa. Horas depois, está tudo destruído. O financiamento-fantasma deve ser obra de alguém que quer rir muito diante da situação embaraçosa dos humildes. Não pode ter sido aprovado por integrantes de um Governo que vem reiterando constantemente, ter cunho social em primeiro lugar. A menos que, como já aconteceu anteriormente, o Presidente Sarney não tenha tomado conhecimento da medida."